

Retrato do Brasil

11/10/1984

ORGANIZAÇÃO/TRABALHO: a evolução da natureza do trabalho no campo

Os homens da terra

A imensa maioria dos trabalhadores rurais do País, ainda em 1984, vive como no século passado, enraizada em formas arcaicas de exploração da terra

No início da década de 80, o Brasil havia passado por um processo de modernização que atingira mais significativamente certos setores de sua economia, como a indústria, mas que deixara outros ainda em estágio atrasado. A agricultura, por exemplo. Mantendo-se ainda no ritmo sonolento dos séculos anteriores, profundamente enraizado em formas arcaicas de organização, o campo brasileiro constitui, por isso, um verdadeiro entrave ao desenvolvimento nacional.

O desafio de modernizar o campo foi percebido com mais clareza a partir de 1930; e tornou-se cada vez mais premente. A razão é que, principalmente após o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e depois, sob Juscelino Kubitschek (1956-1961), a indústria avançou a taxas velozes, acabando por emancipar-se do passado e adquirir contornos modernos. Dessa forma, a economia nacional globalmente se ressentia cada vez mais do descompasso com o campo atrasado.

A partir de 1964, os governos militares procuraram implantar um desenvolvimento acelerado à economia nacional e defrontaram-se com o desafio de ter de modernizar a agricultura brasileira. Montaram com esse fim, principal mente a partir de 1967, um poderoso conjunto de medidas, sustentadas por considerável massa de capital e recursos materiais.

Para se ter uma idéia fundamental a respeito das transformações necessárias, basta ver que, ainda na década de 60, as estimativas indicavam que mais da metade da população do País — concentrada principalmente no campo — vivia à margem da economia de mercado. Isto é, vivia para uma economia rudimentar, de pura subsistência, plantando para comer e comendo o que plantava. Era uma prática extrema mente disseminada: o comércio à base de trocas — de mercadoria por mercadoria ou de trabalho por mercadoria ou por serviços —, como se não existissem dinheiro e salários. Como um resíduo da época das gigantescas sesmarias coloniais, era comum o esquema de obter um pedaço de terra para cultivar para si em troca de prestação de serviços gratuitos, para o dono das terras. Nesses estabelecimentos e em todas as pequenas propriedades, o sistema predominante de emprego era a mão-de-obra familiar. Na década de 60 a moderna forma de emprego através do assalariamento era praticamente inexistente em grande parte do campo e bastante reduzido mesmo nas regiões mais desenvolvidas.

Assim, o Regime Militar combateu esses bolsões obsoletos, procurando atrair para o mundo moderno setores selecionados da agricultura. Em largos traços, os seus instrumentos consistiram em "estímulos", facilidades que poderiam puxar os agricultores para a economia de mercado. A arma mais poderosa do arsenal de "estímulos" foi a enorme ampliação do crédito rural: capital para modernizar o campo, financiar as colheitas e a sua comercialização, assim como benefícios capazes de aumentar o rendimento das culturas. Além disso, foi concedida a isenção de impostos, que barateou a compra de fertilizantes e equipamentos mecânicos, como tratores, por exemplo.

O resultado dessa política, sem dúvida alguma, acelerou o abandono de velhos esquemas de produção agrícola e a introdução de formas econômicas mais modernas. No entanto, o

processo de modernização foi seletivo. Não atacou, por exemplo, a estrutura latifundiária de posse da terra. Por isso, a transformação operada no campo foi muito vagarosa e pouco abrangente. Ainda em 1980, em grande parte, permanece de pé o arcabouço das formas arcaicas de produção. No campo, as novas formas entrelaçam-se às antigas, criando um mosaico complexo e variado.

Produzimos muito pouco, avalia o presidente Geisel

Em 1975, uma avaliação, feita pelo então presidente Ernesto Geisel confirmava esse resultado. Dizia ele: "Se confrontada com a nossa população e nossa extensão territorial, chegamos a uma conclusão realmente desalentadora: produzimos muito pouco (...). E o que produzimos, em regra, é com baixa produtividade."

O que ocorreu, então, no campo, após quase 20 anos de combate ao atraso?

Uma comparação das medições estatísticas oficiais realizadas entre 1965 e 1972 revela parte das rearticulações econômicas sofridas pela imensa massa de agricultores. Com o auxílio dos resultados preliminares do censo de 80 é possível estender os resultados para o período mais recente.

O primeiro traço de modernização observado é o de que a parcela de assalariados no campo cresceu extraordinariamente, saltando dos 5,3 milhões, em 1965, para 7,8 milhões — 47% a mais —, em 1972. Ao mesmo tempo, houve uma redução absoluta no número de pequenas propriedades, que geralmente incorporavam métodos atrasados de produção. Essa redução atingiu perto de 300 mil camponeses. Caiu também o número de parcerias, um sistema em que o camponês sem terra, ou com muito pouca terra, trabalha os campos de um proprietário com o compromisso de dividir, em seguida, o valor da produção. Entre 1965 e 1972, 350 mil parcerias desapareceram.

Por último, nesse período, reduziu-se ainda em cerca de 100 mil o número de arrendatários — pessoas que trabalham os campos de terceiros mas, em vez de dividir a produção, pagavam aluguel pela terra.

É praticamente certo que a maior parte desses agricultores se tenha transformado em trabalhadores assalariados. Nem sempre — ou quase nunca — isso representou uma vida melhor do ponto de vista pessoal dos trabalhadores, mas não há dúvida de que, para a agricultura, de modo geral, o assalariamento representou formas mais avançadas e mais eficientes de produção.

No caso específico do arrendamento, quem aluga a terra, em alguns casos, não são camponeses, mas empresários que dispõem de capital para contratar empregados, pagar a terra e fazer nela investimentos produtivos.

Mas, no Brasil, os arrendatários são muitas vezes camponeses cujos meios não são suficientes para agregar assalariados, introduzir benefícios agrícolas e acelerar a produção. Assim, a indicação é de que a queda nos arrendamentos, no caso brasileiro, contribuiu para a tendência modernizante.

Até certo ponto, mesmo as pequenas propriedades foram beneficiadas de forma secundária, em 1982, pelos estímulos de mercado — em princípio dirigidos à média e grande propriedade. Esses camponeses privilegiados transformaram seus meios de produção, incorporando máquinas e assalariados no trabalho agrícola. Eles se encontravam principalmente no Sul do País, região em que, em 1972, havia 58 mil pequenos estabelecimentos empregando, sozinhos, 116 mil assalariados; isto é, dois por estabelecimento. Na época, essa era uma média que dobrava as cifras de tempos anteriores ou de outras regiões. Geralmente, os

pequenos proprietários trabalhavam eles mesmos em suas terras, contando apenas com a ajuda de mulher e dos filhos solteiros. Os assalariados permanentes, quando existiam entre esses pequenos proprietários, eram, em média, um por estabelecimento agrícola.

Pela primeira vez, cai a mão-de-obra familiar no campo

Esses traços modernizantes se acentuaram ainda mais entre 1970 e 1980. Foi quando o volume de crédito para o campo cresceu a taxas violentas, acima de 15% ao ano, tanto para financiar o custeio de colheitas como para novos investimentos na terra. A superfície agrícola explorada, ao contrário de épocas passadas, passou a crescer bem mais depressa que a ampliação das terras cadastradas, revelando intensa aplicação de capital à terra.

O aspecto mais profundo da modernização em curso nos anos 70, porém, ainda era a forma de emprego no campo. No total, os assalariados cresceram de 23,6% para 35,8% do total da força de trabalho empregada no campo entre 1970 e 1980. O seu avanço foi impressionante porque forçou, pela primeira vez, uma redução absoluta significativa da mão-de-obra familiar no campo. E o mesmo ocorreu com a parceria. Ou seja, o crescimento dessas duas formas de emprego da mão-de-obra foi negativo no período 1975-80, enquanto o crescimento do assalariado foi de 6,2% no ano entre 1970-75 e de 18,9% nos cinco anos seguintes.

Esse aspecto é importante porque através dele se percebe com mais clareza os movimentos reais dentro da agricultura, revelando em detalhes a verdadeira reestruturação em curso. No entanto, por que o presidente Geisel falava em conclusões "desalentadoras" em 1975, quando já se manifestavam as linhas mais gerais de avanço no campo?

Um dos dados que já se possuía, neste ano, eram as taxas animadoras do aumento da produtividade e do trabalho rural — uma cifra expressiva de 3,5% ao ano a partir de 1970. Também a terra estava produzindo cada vez mais por unidade de área, em um crescimento veloz, de 4,9% ao ano.

O fato, porém, é que estas tendências modernizadoras estavam sendo introduzidas muito lentamente. Ou seja, de uma forma que não permitia reduzir as diferenças gritantes entre a cidade e o campo. Assim, enquanto a indústria na década de 70 avançava à taxa de 9% ao ano, a agricultura — embora superando o seu recorde de crescimento anterior (4,5% ao ano) entre 1960-70 — não conseguia superar a marca de 5,5% nos anos 70.

Os assalariados temporários tornam-se mais numerosos

A informação mais reveladora sobre esta situação estava embutida nos próprios índices de crescimento dos assalariados. Eles estavam avançando, mas não de maneira integral, como operários completos, mas na forma de trabalhadores temporários. Principalmente sem incorporar os mais simples direitos trabalhistas, como registro em carteira, etc. A proporção de assalariados permanentes cresceu à taxa anual de 5,6%, entre 1970-75, e de 7,1%, entre 70-80. Os assalariados temporários, no entanto, estavam tornando-se mais numerosos muito mais rapidamente — cresceram à taxa de 8,6% na primeira metade da década, e de 11%, daí em diante.

Era uma característica da modernização incompleta das estruturas em formação, que lhes dava uma conotação de fragilidade e deixava à vista os elementos de atraso ainda existentes. Outro exemplo disso, eram os salários: embora, no geral, estes estivessem crescendo, os aumentos escondiam situações ainda perversas de atraso, como a extensão da jornada de trabalho acima das 48 horas semanais. O censo de 1980 mostrou que quase um terço (31,2%) dos assalariados tinha uma jornada semanal de 49 horas ou mais.

Além disso, grande parte dos assalariados estava incluída fora da lista de empregados. Eram os trabalhadores por empreitada, contratados não por tempo de trabalho, mas por serviço. Embora não tivessem aumentado expressivamente em número, na década de 70, constituíram uma parcela considerável dos assalariados e 6,5% do total da mão-de-obra empregada. Esses assalariados eram principalmente "bóias-frias" e realizavam também um tipo de trabalho temporário. Eram contratados apenas em certos períodos do ano, principalmente para tarefas específicas, como o corte de cana, por exemplo. O aspecto mais atrasado de sua condição, como assalariados, era que os bóias-frias não negociavam diretamente o seu trabalho com os patrões. Esse contrato era medido pelo verdadeiro empreiteiro, os famosos "gatos". O "gato" contratava o serviço por um preço, com o patrão, mas acertava com os trabalhadores um outro preço, menor. Fazia isso, naturalmente, para tirar a sua parte, embora não realizasse, de fato, nenhum serviço direto, a não ser o de intermediário.

Análises mais detalhadas sobre as condições reais em que a modernização foi realizada a partir de 64 revelavam melhor as situações intermediárias criadas entre as formas arcaicas e formas mais condizentes com a organização avançada da indústria no País.

De uma forma geral, na década de 70, ainda estava claro que, apesar da evolução para o trabalho assalariado, a forma predominante de emprego no campo continuava sendo a exploração da mão-de-obra familiar. Além disso, também se observava que um grande número de estabelecimentos agrícolas eram "posses" — terras sem dono, não cadastradas pelo governo, ou então terras ociosas, ocupadas à revelia dos proprietários, muitos dos quais eram trabalhadores que haviam perdido suas próprias culturas em outras regiões. Outros posseiros eram simplesmente trabalhadores migrantes em busca de emprego — e que não o encontravam.

Entre arrendatários, maioria emprega mão-de-obra familiar

Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), em 1980, as posses — 870 mil em todo o País — eram a segunda maior categoria de estabelecimentos, batendo parcerias e arrendamentos e perdendo apenas para núcleos explorados pelos próprios proprietários.

Também a queda no número de parcerias não era um indicador seguro da perda de importância desse tipo de exploração da terra. Até 1972, embora seu número tivesse caído em termos absolutos, a parceria continuava responsável por 10% da produção total da lavoura. Entre os arrendatários, ainda em 1972, a grande maioria (62% dos contratos) empregava mão-de-obra familiar; cerca de 30% empregavam assalariados temporários; o restante empregava um máximo de apenas três ou quatro assalariados permanentes por estabelecimento.

Finalmente, mesmo no caso dos trabalhadores assalariados permanentes, é difícil, no Brasil, avaliar até que ponto eles representam formas avançadas de emprego da mão-de-obra. Nas agriculturas mais desenvolvidas, onde um empresário explora a terra, o trabalhador é realmente contratado como um operário cuja força de trabalho vai ser multiplicada pelo emprego de meios de produção altamente mecanizados. No Brasil, não; por tradição, os assalariados permanentes tinham sido simples colonos, que moravam por longos períodos em uma grande propriedade. Cultivavam a terra para o proprietário e para si próprios, como compensação. Sua produção não era comercializada livremente, mas com frequência — às vezes obrigatoriamente — era vendida para o proprietário a preços abaixo do mercado. A partir de 1970 e principalmente mais para o fim da década, o número de colonos decresceu. E indicava que o destino desses trabalhadores era o assalariamento temporário, empregado sazonal ou como bóia-fria. E em condições técnicas precárias.

Arte:

ECONOMIA/AGRICULTURA: evolução da composição do emprego no campo (1970-80)

Uma evolução incompleta

Nos anos 70 houve um crescimento da proporção dos assalariados e uma redução da mão-de-obra familiar no campo brasileiro. Mas o trabalho assalariado se concentrava no emprego temporário

Composição do emprego no campo segundo as categorias ocupacionais, em % de Equivalentes-homem (1970-80)

Equivalente-homem vale a força de trabalho de um homem adulto empregada 300 dias por ano. O total da força de trabalho assim definida corresponde a 13 milhões de E-h, praticamente fixos ao longo dos anos 70.

Fonte Censos Agropecuários de 1970 e 1975 e Censo Demográfico de 1980 (Tabulações avançadas)

Durante a década de 60 o assalariamento era praticamente inexistente em grande parte do campo brasileiro. No final dos anos 70, no entanto, chegava a mais de um terço de toda a mão-de-obra empregada. Essa modernização, porém, foi limitada porque a maior parte dos assalariados era empregada temporariamente e um bom número deles eram contratados por empreitada. Esse crescimento dos assalariados não foi suficiente para superar o emprego de familiares, a principal forma de emprego na agricultura brasileira no início da década de 80. Na pág. ao lado, uma trabalhadora "bóia-fria" descansa após o almoço. Ao lado, uma família de agricultores em Carpina, Pernambuco

(Páginas 129, 130, 131 e 132)